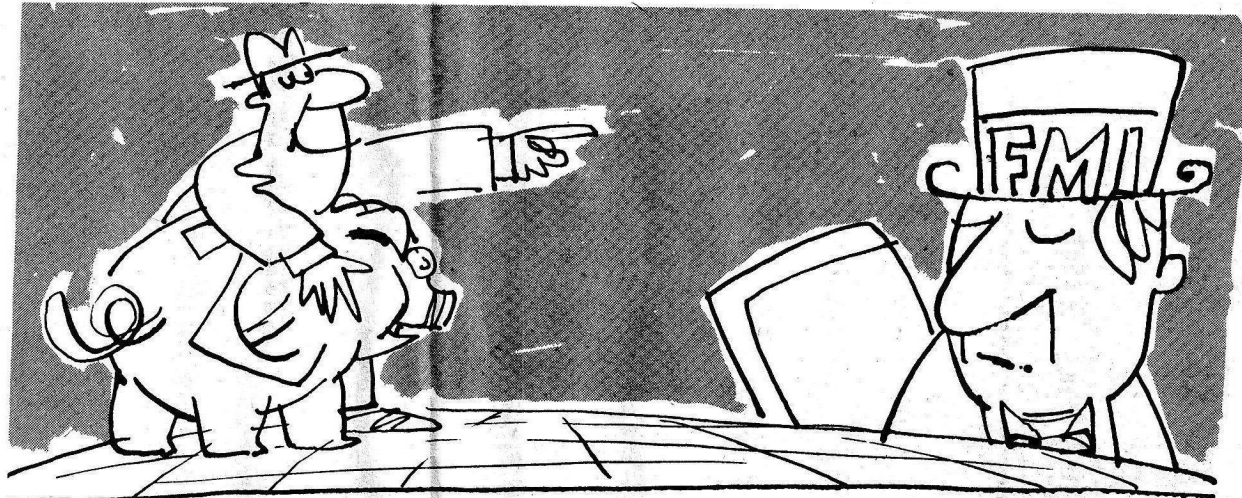




Missão leva aos credores nos EUA dados sobre plano de investimento

BRASÍLIA — A missão que o Governo brasileiro está enviando, hoje, a Washington, leva dados importantes sobre a poupança interna para os credores estrangeiros avaliarem a viabilidade da execução do Plano de Investimentos que o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, apresentou formalmente, nos Estados Unidos, no início do mês.

A decisão de enviar a missão do Ministério da Fazenda, composta pelo Secretário de Assuntos Econômicos, Luís Gonzaga Belluzzo, do Assessor para Assuntos Financeiros Internacionais, Paulo Nogueira Batista Júnior, e do Coordenador para Assuntos Internacionais, Embaixador Álvaro de Alencar, representa a flexibilização do Governo, em relação à sua posição inicial. Essa posição definia que nenhum técnico ou autoridade brasileira sairia mais do País para tentar uma aproximação com os credores. Ao contrário, o Governo esperaria aqui, a proposta de negociação dos bancos.

No entanto, a pressão por maiores informações, procedentes de todos os credores, tanto oficiais quanto privados, além do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) — que em seu relatório mencionou o problema

— exigiu uma resposta brasileira. A missão segue, então, munida de projeções oficiais sobre o crescimento esperado da poupança interna, que dará sustentação ao programa de investimentos.

Estes dados foram ressaltados pelo FMI, em seu relatório, como uma condição para que os credores tomassem sua decisão com relação à renegociação da dívida. Paralelamente, a missão técnica do Banco Mundial, que passou a semana em Brasília, fez a mesma exigência.

Os assessores brasileiros consideraram justa a preocupação dos credores, uma vez que os dados sobre a poupança interna são a prova da possibilidade de concretização do plano econômico.

Os dados esperados serão anexados ao documento original, levado por Funaro, espelhando uma favorável situação do crescimento da poupança, conforme as projeções elaboradas pelo Ministério da Fazenda.

Essas projeções indicam que o nível da poupança ficou, na média do período 1975/79, em 20,46 por cento do PIB. No período seguinte, entre 80 e 83, foi mantido em 20,25 por cento; entre 84 e 86, caiu para 17,68 por cento, mas esse nível será recuperado até 91, quando a poupança interna

chegará a 24,51 por cento do PIB. Esse quadro evidencia a intenção do Governo de desestimular a demanda interna, através da política monetária restritiva (menos dinheiro e maiores juros), para incentivar a poupança financeira que, em termos monetários, significa neutralizar recursos disponíveis no mercado.

Paralelo ao esforço de crescimento da poupança, o País deverá, também, otimizar esses recursos, investindo-os na produção interna. O nível médio de investimentos, que ficou em 17,68 por cento do PIB no período 84/86, subiu para 19,63 por cento em 86, com a retomada brusca do crescimento econômico. Em 87, o investimento, sustentado pelo setor público, chegará a 20,79 por cento do PIB; em 88, 21,51 por cento; em 89, 22,24 por cento; em 90, 22,89 por cento; em 91, 23,5 por cento. A média do período 87/91, que compreende o plano governamental, será de 22,19 por cento do PIB, segundo dados que serão levados pela missão.

Com essas informações, que têm como garantia o aumento da arrecadação de receita interna, o Governo brasileiro espera superar o obstáculo da falta de consistência do plano econômico, criticado pelos credores.